

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Diário de São Paulo Class.: 311

Data: 13/11/80 Pg.: _____

Lenta tramitação de mandado pode prejudicar Juruna

BRASILIA (Sucursal) — O ministro do Tribunal Federal de Recursos, Ademar Raimundo da Silva, designado relator do mandado de segurança impetrado junto aquela corte em nome do cacique Mário Juruna, para que ele possa viajar à Holanda e participar do 4.º Tribunal Russell, encaminhou ontem um pedido de informações ao ministro do Interior, Mário Andreazza, com um prazo de 10 dias para resposta.

Nesse ritmo de tramitação do mandado, mesmo que a decisão seja favorável a Juruna, ela não sairá a tempo de permitir a sua participação no Tribunal, pois as sessões estão previstas para o período de 23 a 30 deste mês. Somente a concessão de uma liminar interessaria ao cacique.

Além de o mandado de segurança ter sido requerido pelo advogado Caio Lustosa através de felex sem a juntada de qualquer documento e nem mesmo procuração, as dificuldades de tramitação aumentam pelo fato de haver dúvidas se a autoridade coatora é o ministro do Interior ou o presidente da Funai, coronel Nobre da Veiga. Se for o presidente da Funai, a competência para julgar o mandado de segurança se desloca para a Justiça Federal de primeira instância do Distrito Federal.

A decisão de proibir Juruna de participar do Tribunal Russell foi tomada pelo Conselho Indigenista da Funai e referendada pelo ministro do Interior, Mário Andreazza.

CRITICAS

Ao criticar a proibição, o deputado federal Gilson de Barros (PMDB-MT) denunciou ontem na Câmara que "a extrema direita quer matar mais um brasileiro, o cacique xavante Mário Juruna, líder indígena incontestado em Mato Grosso, cuja luta em defesa das minorias discriminadas já é internacionalmente conhecida".

Após reiterar que existe uma campanha contra Juruna, "cujo único crime é possuir uma visão perfeita e multiforme dos problemas de seu povo", o deputado afirmou:

"Ao governo não interessa um índio 'criador de casos', um 'índio atrevido', um 'índio mal-educado', como a Funai, tutora desnaturada, o classifica. Ao governo, interessa apenas um índio subserviente. Repete-se, pois, com relação ao índio, aquilo que se nota com relação aos bispos e padres da Igreja católica."

Proposto conselho para ajudar Xingu

BRASILIA (Sucursal) — A criação de um conselho diretor para assessorar a administração do Parque do Xingu é uma das sugestões apresentadas à Funai no encerramento do 1.º Encontro Sobre o Xingu. O Conselho seria independente da Funai, tendo como membros um antropólogo, um linguista, um médico, representantes da Funai e um sertanista. No encerramento do Encontro, a comissão de administração — composta pelo antropólogo Olímpio Serra, dentista José Hirata, coronel Roberto Guaranis e Válder Prates, assessor da Funai —, não houve acordo na conclusão: o antropólogo e o dentista apresentaram declaração de voto sugerindo "a suspensão imediata dos treinamentos militares no Parque do Xingu, bem como a desativação do destacamento de Jacaré (pertencente à FAB).

O coronel Roberto Guaranis, do Parasar, não quis fazer qualquer comentário sobre a declaração de voto. "Estou sem poder falar — disse ele —, mas sem rancores". Na abertura dos trabalhos, o coronel Guaranis observou que não há qualquer prejuízo para os índios no fato de o Parasar usar parte dos limites do Parque para treinamento dos oficiais.

ANTROPÓLOGOS

A presidente da Associação Brasileira de Antropologia, Eunice Durham, em audiência mantida ontem com o presidente da Funai, coronel Nobre da Veiga, reivindicou uma participação maior dos antropólogos na política indigenista. Disse ela que o relacionamento entre o órgão tutor e os antropólogos se tornou "irregular" e estes devem estar presentes na assistência aos índios, na escolha de área das reservas e delimitação de território. Segundo a presidente da ABA, o coronel Nobre da Veiga foi "receptivo" às reivindicações feitas.

A irregularidade do relacionamento, segundo Eunice Durham, culminou "em dificuldades cada vez maiores para obtenção de autorização de pesquisa em área indígena" e, para equacionar o problema, os membros da ABA propuseram à presidência da Funai "uma colaboração maior dos antropólogos em projetos relativos aos índios".